

Alerta Legislação, nº 06, de 10 a 15 de fev. de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 77**

Altera os incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142 da [Constituição Federal](#), para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea "c".

■ **RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/DAEE-SP Nº 120, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre a criação do grupo técnico de assessoramento para gestão do Sistema Cantareira no atual período de crise de escassez de chuvas e afluições.

■ **PORTARIA MS Nº 199, DE 30 DE JANEIRO DE 2014**

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.

■ **PORTARIA MJ Nº 368, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

Regulamenta as disposições da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), da [Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001](#), e da [Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011](#), relativas ao processo de classificação indicativa.

Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI Nº 15.318, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta e dá outras providências

■ **DECRETO Nº 60.154, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, por intermédio do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero, a implantação de orientações de caráter imediato para atendimento à Campanha de Redução do Consumo de Água nos equipamentos públicos estaduais e dá providências correlatas

■ **DECRETO Nº 60.150, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Regulamenta a [Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014](#), que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil

■ **DECRETO Nº 60.145, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública

estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil

■ **DECRETO Nº 60.144, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI e dá providências correlatas

Prefeitura da Cidade de São Paulo

■ **DECRETO Nº 54.840, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

■ **DECRETO Nº 54.838, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Disciplina a sindicância patrimonial, procedimento destinado à apuração de eventual enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos municipais.

■ **DECRETO Nº 54.837, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Cria o Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

■ **DECRETO Nº 54.832, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014**

Regulamenta a [Lei nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013](#), que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o fomento ao esporte no Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
13/02/2014	<u>DECRETO Nº 8.195, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013 , que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e remaneja cargos em comissão. <u>DECRETO Nº 8.194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 .
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 77</u> Altera os incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal , para estender aos profissionais de saúde das Forças

	Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea "c".
Presidência da República (PR)	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) <u>PORTARIA Nº 278, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Tornar público que o trigésimo nono sorteio de unidades municipais será realizado no dia 17 de fevereiro de 2014, às 10h, no auditório da Caixa Econômica Federal, Agência Planalto, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco "L". [...] SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 93, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar a oferta de atendimento médico às vítimas do Caso Julia Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) <u>PORTARIA Nº 8, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Aprova os procedimentos para adesão e as modalidades de gestão previstas no SINAPIR*. <i>*Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial</i> SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 25, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Portaria nº 244, de 26 de novembro de 2013, que define as entidades responsáveis e os procedimentos para as indicações dos membros do Conselho de Autoridade Portuária e seus suplentes.
Ministério da Cultura (MinC)	SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 86, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Ministério da Cultura e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 84, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Excepcionaliza operações à obediência a prazos estabelecidos pelo Manual de Instruções para Contratação e Execução (MICE), no âmbito do Programa Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 166/GC3, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014(*)</u> Aprova a reedição da NSCA 3-13 (*), que dispõe sobre os Protocolos de Investigação de Ocorrências Aeronáuticas da Aviação Civil conduzidas pelo Estado Brasileiro. (*) Esta Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA). COMANDO DA MARINHA (CM) → Gabinete do Comandante (GABMAR) <u>PORTARIA Nº 79/MB, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Cria o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sul/Sudeste e dá outras providências.

Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 125, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a adesão de estados, Distrito Federal e municípios como unidades demandantes vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, para a oferta de Educação de Jovens e Adultos-EJA articulada à Educação Profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC. <u>PORTARIA Nº 114, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 5, DE 31 DE JANEIRO DE 2014</u> [...] Art.1º Instituir as Coordenações Estaduais do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, conforme determinam a Resolução CD/FNDE nº 45, de 24 de setembro de 2012, e a Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012, com as seguintes atribuições: [...]
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.310, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 4.050, de 26 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o cumprimento do direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras de que trata a Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, com operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, e revoga a Resolução nº 4.305, de 30 de janeiro de 2014. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.309, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera os prazos de contratação da composição de dívidas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata a Resolução nº 4.028, de 18 de novembro de 2011, e revoga o art. 9º dessa Resolução. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.444, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 370, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a prorrogação do apoio da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério das Minas e Energia, no Estado do Pará.

	[...] para assegurar a continuidade das atividades relacionadas às obras e aos serviços na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte [...] <u>PORTARIA Nº 369, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado de Santa Catarina nas ações de segurança a serem desencadeadas em ocasião do evento FIFA TEAM WORKSHOP FLORIANÓPOLIS. <u>PORTARIA Nº 368, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e da Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa. <u>PORTARIA Nº 317, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta a cessão de servidores integrantes da carreira de policial rodoviário federal para outros órgãos da Administração Pública. <u>PORTARIA Nº 311, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Portaria nº 2.494, de 3 de setembro de 2004, que trata da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN) <u>PORTARIA Nº 41, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projeto de Alternativas Penais, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2014, ao Estado do Maranhão e dá outras providências. – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal <u>PORTARIA Nº 38, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Disciplina os Procedimentos de Segurança e Rotinas de trabalho no âmbito do Sistema Penitenciário Federal. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNJ) <u>PORTARIA Nº 26, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui o Cadastro Nacional de Classificadores Externos da Classificação Indicativa - Projeto Classifique.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 28, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa que institui o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infra-estruturas de Desembarque - "Embarque Nessa". [...] SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA (SMCPA) <u>PORTARIA Nº 6, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Suspende as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, com data de aniversário no mês de setembro, que não realizaram o procedimento de atualização e substituição das licenças em conformidade com os prazos estabelecidos.

**Ministério da
Saúde (MS)**

GABINETE DO MINISTRO (GM)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 216, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

PORTARIA Nº 208, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo, Município de Sorocaba (SP) - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

PORTARIA Nº 199, DE 30 DE JANEIRO DE 2014

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

→ Diretoria Colegiada (DC)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014

Regulamenta o inciso VI e o § 1º do art. 4º da Resolução Normativa - RN nº 323, de 3 de abril de 2013, para dispor sobre o Relatório Estatístico e Analítico do Atendimento das Ouvidorias das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

→ Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos

INSTRUÇÃO NORMATIVA-IN Nº 44, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

Institui o Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde - COSAÚDE no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

PORTARIA Nº 176, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014

Institui no âmbito da Anvisa o Comitê Gestor da Implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos - SNCM e dá outras providências.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES)

PORTARIA Nº 30, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia, deslocamento, alimentação e água potável pelo Distrito Federal e Municípios aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013.

→ Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre a aplicação de penalidades no caso de ausência injustificada das atividades do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 21, de 16 de agosto de 2013,* do Ministério das Cidades. <i>*Altera a Instrução Normativa Nº 50, de 17 de dezembro de 2012, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo de Habilitação e Contratação relativo aos exercícios de 2012 e 2013 de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no PAC.</i> <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 27, de 13 de setembro de 2012,* do Ministério das Cidades. <i>*Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo seletivo simplificado para Habilitação e Contratação, relativo aos exercícios de 2012 e 2013, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.</i> CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 474, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera o Anexo XV da Resolução nº 425 de 27 de novembro de 2012, do CONTRAN, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro. <u>RESOLUÇÃO Nº 473, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos e a Resolução CONTRAN nº 358, de 13 de agosto de 2010, que trata do credenciamento de instituições ou entidades públicas ou privadas para o processo de formação de condutores, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 444, de 25 de junho de 2013. [...] As aulas realizadas em simuladores de direção veicular [...]
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.527, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera o Anexo I da Resolução Autorizativa nº 4.328, de 17 de setembro de 2013, que autoriza a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.685, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Homologa as quotas anuais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2014 e dá outras providências.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.558, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u> Alteração das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e das Normas e Instruções de Acompanhamento

	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 70, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Aprovar a revisão do Regulamento Administrativo para Tratamento e Destinação dos Produtos Apreendidos pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I. [...]
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 5, DE 31 DE JANEIRO DE 2014</u> Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso de Alta Complexidade I - PAC I, dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até vinte e um anos de idade, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - Aprimora Rede e aprova os critérios e procedimentos para incentivar a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades privadas no âmbito do SUAS. <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Gestão 2014/2016.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 46, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Declarar estado de emergência ambiental nas seguintes épocas e regiões específicas: [...] AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 120, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a criação do grupo técnico de assessoramento para gestão do Sistema Cantareira no atual período de crise de escassez de chuvas e afluições. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) → Procuradoria Federal Especializada <u>PORTARIA Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta o art. 2º, §1º, inc. III, da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007 da Procuradoria-Geral Federal/AGU, que dispõe sobre a competência das Procuradorias Federais Especializadas para o ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF) <u>PORTARIA Nº 11, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2014, e dá outras providências.

	<u>PORTARIA Nº 10, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Estabelece procedimentos a serem observados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União na abertura de créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2014, e dá outras providências.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 726, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 37, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo para o quadriênio 2012-2015 e aprova o Plano de Ação para o exercício de 2014. <u>PORTARIA Nº 35, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dá nova redação ao art. 99-A da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) → Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 4.275, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 3.658, de 19 de abril de 2011, que Regulamenta o art. 5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que "dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980".
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>PORTARIA Nº 43, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Atualiza o valor máximo da multa a que se refere o art. 58* da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. * "O Tribunal poderá aplicar multa [...] aos responsáveis por: - I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 desta Lei; - II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; - III - ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário; - IV - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal; - V - obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas; - VI - sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal; - VII - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal". [...]

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF) <u>RESOLUÇÃO Nº 264, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º - Aprovar o Código Processual de Ética que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física no julgamento dos processos éticos e disciplinares. [...] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.062, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a interdição ética, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica ou hospitalização de qualquer natureza, quer pessoas jurídicas ou consultórios privados, quando não apresentarem as condições exigidas como mínimas na Resolução CFM nº 2.056/13 e demais legislações pertinentes.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/02/2014	<u>DECRETO Nº 60.154, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, por intermédio do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero, a implantação de orientações de caráter imediato para atendimento à Campanha de Redução do Consumo de Água nos equipamentos públicos estaduais e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.152, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso" <u>DECRETO Nº 60.151, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dá nova redação a dispositivo que especifica do <u>Decreto nº 56.769, de 14 de fevereiro de 2011</u>, que aprova o Projeto Feap Floresta, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO), de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas
14/02/2014	<u>LEI Nº 15.318, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 760/13, do Deputado José Bittencourt - PSD) Institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta e dá outras providências <u>DECRETO Nº 60.150, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta a <u>Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014</u>, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil <u>DECRETO Nº 60.149 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Organiza as Circunscrições Regionais de Trânsito que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 58.772, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012 (RET.)</u> Retificação do D.O. de 21-12-2012

	No anexo, leia-se como segue e não como constou: ANEXO a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.772, de 20 de dezembro de 2012 [...]
13/02/2014	<u>DECRETO Nº 60.148, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Autoriza a celebração de convênio com o Município de São Paulo para o fim que especifica [...] Artigo 1º - Fica a Secretaria da Educação autorizada a representar o Estado na celebração de convênio com o Município de São Paulo, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros estaduais para a aquisição, pelo Município, de terrenos ou prédios destinados à educação infantil. [...]
12/02/2014	<u>DECRETO Nº 60.145, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil <u>DECRETO Nº 60.144, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAi e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.139, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Organiza as Circunscrições Regionais de Trânsito de Hortolândia, Itatiba e Vinhedo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.138, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Organiza a Circunscrição Regional de Trânsito de Piracicaba e dá providências correlatas
11/02/2014	<u>DECRETO Nº 60.137, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Acrescenta os artigos 32-A a 32-C ao Decreto nº 59.220, de 22 de maio de 2013, que cria e organiza, na Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 10 - Araçatuba e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.135, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 12.517, de 2 de janeiro de 2007, que cria a Região Administrativa de Itapeva, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.134, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Organiza a Circunscrição Regional de Trânsito de Mauá e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.661, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera o Anexo a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.940, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a identificação de áreas das unidades da Secretaria da Saúde, para fins de atribuição de "pro labore" de que trata o artigo 20 da Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, e dá providências correlatas (Publicado novamente por ter saído com incorreções)

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 7, DE 13-2-2014</u> Constitui Grupo de Trabalho – para avaliar os eventuais impactos agronômicos e ambientais de sistemas conservacionistas adotados no setor sucroalcooleiro visando à sistematização de áreas para a otimização da colheita mecanizada, a partir da eliminação da queima da palha e da colheita manual no Estado de São Paulo
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEE/SEDS-1, DE 12-2-2014</u> Regulamenta o Decreto nº 57.367, de 26 de setembro de 2011, que institui o Programa “Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil”, e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 14, DE 13-02-2014</u> Dispõe sobre a utilização do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP, para a compra de bens em parcela única e entrega imediata, no procedimento dispensa de licitação e na modalidade pregão eletrônico, com a utilização de recursos de tecnologia da informação, por parte das Entidades Descentralizadas e do Poder Legislativo dos Municípios Paulistas <u>RESOLUÇÃO SF 13, DE 12-02-2014</u> Introduz alterações na Tabela Anexa à Resolução SF-03, de 15-01-2014, que divulga os índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2014, conforme previsto no Decreto 46.700, de 19-04-2002. <u>RESOLUÇÃO SF 12, DE 11-02-2014</u> Dispõe sobre a fixação da meta da receita tributária, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.079-2008, e da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, para o exercício de 2013 COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00008, DE 13-02-2014</u> O Coordenador da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de FEVEREIRO/2014 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala; Dia 06-03-2014 - Celetistas Dia 07-03-2014 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros às Fundações e Autarquias Estaduais, na conformidade do disposto no artigo anterior. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07-03-2014.

	Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA) <u>DELIBERAÇÃO CONDECA-SP Nº 02, DE 30-1-2014</u> Dispõe sobre a alteração da data de realização do V Encontro Lúdico Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPEM) → Superintendência <u>PORTARIA IPEM-SP-29, DE 12-02-2014</u> [...] Artigo 1º - Fica autorizado o uso de uniforme de verão, conforme especificações constantes no anexo I desta Portaria, pelas equipes de Metrologia Legal da Delegacia de Ação Regional de Santos, que servirá como teste para a implantação a todas regionais e departamentos desta Autarquia, durante o expediente de trabalho. [...]
Logística e Transportes (SLT)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO ARTESP-1, DE 12-02-2014</u> Dispõe sobre as normas de padronização da arquitetura de comunicação do Sistema Automático de Arrecadação de Pedágios nas rodovias do Estado de São Paulo
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-387, DE 10-02-2014</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de fevereiro de 2014, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT) <u>MOÇÃO CBH-AT-01 DE 05-02-2014</u> Recomenda ações aos poderes públicos e à sociedade civil em razão da atual escassez hídrica extrema
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 16, DE 14-2-2014</u> Classifica a função de serviço público que especifica para fins de atribuição de gratificação "Prólabore" e dá providências correlatas.
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-8, DE 7-2-2014</u> Cria a Bolsa de Pós-Graduação de caráter emergencial
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR-6.503, DE 11-2-2014</u>

	Institui Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas para reestruturação do sistema de tramitação de convênios na Universidade, com base na racionalização e simplificação de procedimentos e documentos → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Pesquisa (CoPq) <u>RESOLUÇÃO COPQ-6.744, DE 5-2-2014</u> Dispõe sobre a criação de Núcleo de Apoio à Pesquisa
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
15/02/2014	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2014</u> Altera o dispositivo da Lei Complementar nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado, no sentido de orientar a política de saúde para a valorização de alimentação natural nas refeições servidas a pacientes em tratamento nas unidades estaduais do Sistema Único de Saúde. <u>PROJETO DE LEI Nº 57, DE 2014</u> Altera o artigo 1º da Lei nº 3.744, de 9 de junho de 1983, que estabelece condições para construção de núcleos habitacionais pelo Estado, com redação dada pela Lei nº 12.086, de 5 de outubro de 2005.
14/02/2014	MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 012/2014, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 13 de fevereiro de 2014 Senhor Presidente Em aditamento à Mensagem A-nº 233, de 19 de dezembro último, pela qual encaminhei a essa nobre Assembleia o Projeto de lei Complementar que recebeu o nº 62, de 2013, venho solicitar a Vossa Excelência que nele seja procedida a alteração constante do Anexo. Reitero a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. ANEXO [...] MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 324, DE 2007</u> <u>Mensagem A-nº 013/2014, do Sr. Governador do Estado</u> São Paulo, 13 de fevereiro de 2014 [...] De origem parlamentar, a propositura obriga as academias de ginástica, os clubes, os centros esportivos e estabelecimentos similares a exibir, em suas dependências, nos locais de trânsito e permanência de alunos e frequentadores, placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes, com os seguintes termos: "O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer" (artigo 1º, "caput"). [...]

	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 1, DE 2014, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Dá nova redação a dispositivos da Constituição Estadual. [...] Artigo 1º - Os §§ 1º e 2º do artigo 140 da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 3 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação: Artigo 140 - ... "§ 1º - O Delegado Geral de Polícia Civil, integrante da última classe da carreira, será nomeado pelo Governador do Estado, devendo fazer declaração pública de bens no ato da posse e da sua exoneração, e cujos vencimentos serão de referência para a fixação dos vencimentos dos demais integrantes da carreira. [...]" PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 56, DE 2014</u> Dispõe sobre o pagamento das aulas vagas ("horário-janela"), a todos os professores das escolas públicas e privadas no âmbito do Estado de São Paulo.
12/02/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2014</u> Regulamenta, no âmbito do Estado, os direitos e deveres individuais e coletivos que especifica. <i>(Manifestações públicas)</i> PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2014</u> Acrescenta o §2º ao artigo 35 do Regimento Interno. PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2014</u> Dispõe sobre a reforma da decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
14/02/2014	<u>DECRETO Nº 54.840, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE. <u>DECRETO Nº 54.839, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Dá nova redação ao "caput" do artigo 3º e ao inciso V do artigo 6º do Decreto nº 52.089, de 19 de janeiro de 2011, que reorganiza o Conselho de Alimentação Escolar - CAE. <u>DECRETO Nº 54.838, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Disciplina a sindicância patrimonial, procedimento destinado à apuração de eventual enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos municipais. <u>DECRETO Nº 54.837, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Cria o Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP, no âmbito da Secretaria Municipal de

	Planejamento, Orçamento e Gestão.
13/02/2014	<u>DECRETO Nº 54.832, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013 , que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o fomento ao esporte no Município de São Paulo.
11/02/2014	<u>DECRETO Nº 54.829, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014</u> Altera o "caput" do artigo 1º, o artigo 6º e a ementa do Decreto nº 54.102, de 17 de julho de 2013 *. (*) <i>Licitação na modalidade pregão</i>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

